

Nota de Repúdio da AEEL ao manifesto da ABRACE sobre a capitalização da Eletrobras.

A Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL discorda da Nota da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) a favor de uma “capitalização equilibrada da Eletrobras”.

A entidade, ferrenha defensora da retirada dos “jabutis” da Câmara dos Deputados, se coloca a favor da MP Original, não deixando claro para a população brasileira os efeitos da descotização sobre a conta de luz de cada um dos consumidores.

Na visão da AEEL, a descotização significará uma transferência de renda das famílias rurais e urbanas brasileiras, pequena indústria, pequeno comércio, restaurantes, salões de beleza, padarias, escolas, hospitais, creches, prédios públicos e demais consumidores cativos para o setor eletrointensivo.

Há uma nítida quebra de contrato, uma vez que as famílias brasileiras abririam mão da energia de cotas das usinas da Eletrobras, uma das mais baratas do balanço energético regulatório das distribuidoras, pelos próximos 21 anos (isto mesmo: a energia de cotas é um direito já assegurado das famílias brasileiras que consomem energia até dezembro de 2042!), enquanto esta energia seria deslocada pelos gestores privados da Eletrobras para negociar com a indústria eletrointensiva. Tudo isto faz parte do “saco de maldades da Medida Provisória de Privatização da Eletrobras”.

Em contrapartida, as distribuidoras que atendem o consumidor cativo teriam que recompor o lastro descotizado, a preços substancialmente superiores, integralmente repassados para as tarifas de energia elétrica. É óbvio que a conta de luz aumentará de forma estrutural (perda do lastro das cotas) e conjuntural (decorrente da crise hídrica potencializada pela má gestão do planejamento pelo MME e da operação pelo ONS). Mais um ataque ao orçamento das famílias e dos assalariados!

Por este motivo afirmamos: muito pior do que os jabutis da Câmara é o dinossauro da MP Original, pré-histórico e descontextualizado das práticas observadas em diversos países do mundo, que mudará drasticamente a alocação da energia das cotas, penalizando as famílias brasileiras e ampliando a oferta e excesso de liquidez para os eletrointensivos que, na maioria das vezes, consome muita energia e gera poucos empregos (caso do alumínio, ferroligas). Quanto maior a oferta de energia, menor o preço para os eletrointensivos, princípio elementar da Economia.

A Eletrobras é um importante instrumento de política energética, investimento no setor (é o grupo que mais investiu em ativos novos de energia nas últimas décadas) e peça chave para o desenvolvimento nacional, regional, local.

Nessas semanas, trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras têm sido constantemente atacados pelos principais interessados na privatização da Eletrobras: banqueiros, especuladores, estrangeiros, bilionários que se tornaram mais bilionários durante a pandemia, rentistas, opressores, concentradores de riqueza, donos de jatinho, iate, mansões, elitistas e gananciosos.

Aproveitamos para resgatar a atuação do Paulo Pedrosa na proposta de privatização da Eletrobras. Pedrosa (ex-secretário de Energia), Pedro Parente (ex-presidente Petrobras), Wilson Ferreira (ex-

presidente Eletrobras), Sinval Gama (diretor do ONS), Barroso (ex-presidente da EPE) e Luiz Fernando Leone Vianna (ex-presidente Itaipu) têm uma característica em comum: foram nomeados no Governo Temer na gestão do ministro Fernando Coelho Filho e, na eleição subsequente (2018), tornaram-se financiadores da campanha a deputado federal do ministro que os nomeou, como pode ser observado no portal de prestação de contas à sociedade do Tribunal Superior Eleitoral ([clique aqui](#)).

Chamamos atenção que a prática não é ilegal, mas não deixa de ser uma espécie de “toma lá, dá cá”, quando um nomeado se torna financiador de campanha de quem o nomeou para uma função relevante sob a influência da União. Várias dirigentes de associações de classe do setor elétrico, executivos de empresas e comercializadoras de energia também contribuíram com a “vaquinha” da campanha do ex-ministro que lançou a pedra fundamental de privatização da Eletrobras (Porque será?).

Lembramos que na biografia de Eduardo Cunha, ele detalha a importância de Fernando Filho na sua eleição para Presidente da Câmara, impeachment da presidenta Dilma, além de destacar que a sua nomeação para o MME contou com o pedido explícito ao presidente Temer do próprio Cunha.

Paulo Pedrosa é o mesmo secretário executivo de energia protagonista do escândalo do jornal britânico The Guardian, envolvendo MME e petroleiras. No dia 22 de Novembro de 2017 a Carta Capital publicou: “Temer promove a Black Friday do pré-sal” (veja [aqui](#)) que mostra os interesses britânicos, atendidos pelo governo brasileiro, para que fosse alterado as regras de tributação, a regulação ambiental e o sepultamento das exigências de conteúdo nacional para a indústria do setor de gás e petróleo.

Por fim, lutaremos contra a MP Original e a MP da Câmara, eivadas de vícios de origem e que usurpam das Casas Legislativas, representantes do povo, o julgamento de mérito da matéria, na medida em que não fornece a avaliação dos ativos da Eletrobras (a Eletrobras tem ativos com contratos já assinados e em operação comercial para depois de 2040/50). Além disso, destacamos várias inconstitucionalidades como pode ser visto neste outro documento da AEEL ([clique aqui](#)).

Estamos à disposição para um debate franco sobre os prejuízos para a sociedade brasileira com esta privatização a preço de banana realizada na iminência de um racionamento, com bandeira tarifária vermelha, dado a criticidade dos reservatórios, poucos leilões de geração realizados pelo governo Bolsonaro, sinal econômico equivocado aos agentes privados para comprarem ativos prontos ao invés de expandir a infraestrutura elétrica, e má gestão do ONS ao longo dos últimos anos.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 11 de junho de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

